

# Grupos de interesse, regimes políticos e crescimento econômico no Brasil (1970-1995): alguma evidência empírica

Leonardo M. Monasterio \*  
Cláudio Djisse Shikida \*\*

"O problema crucial do Brasil, portanto, não consiste prioritariamente na ausência de um pacto político ou constitucional, mas na inexistência de um contrato social de boa-fé entre todos os grupos organizados do país. Seja enfatizado, de imediato, que tal contrato haverá de incluir provisões relativas a todos os desorganizados e civilmente incapacitados, sob pena que continuem a servir de pretexto para que os organizados, à esquerda e à direita, rompam o compromisso social e busquem extrair vantagens em mudanças constitucionais-institucionais". (Santos, 1998, p.186)

## Resumo:

Este trabalho avalia o impacto da densidade de sindicatos laborais e patronais nas taxas de crescimento estaduais no Brasil durante o período 1970-1995. Com base na abordagem de Mancur Olson diversas especificações econométricas são testadas. Os resultados corroboram as hipóteses olsonianas e sugerem que as mudanças no ambiente político alteraram a relação entre tais sindicatos e o desempenho econômico estadual.

## Introdução

Há muito percebeu-se que as explicações baseadas nos fatores de produção tradicionais são insuficientes para o entendimento do fenômeno do crescimento econômico. A incorporação do conceito de capital humano à análise foi um notável avanço, e poucos economistas discordariam hoje da sua importância. Porém, mesmo que se considere a qualificação da mão-de-obra, as amplas diferenças no desempenho econômico dos países e regiões não podem ser totalmente explicadas sem que se atente para as instituições e para as políticas econômicas vigentes. A percepção de que "as instituições importam" tem sido sustentada pelas mais diversas teorias, desde a Escola Francesa da Regulação até a *New Institutional Economics* (NIE). Essa última abordagem tem uma de suas origens intelectuais no influente trabalho *The Logic of Collective Action* (1965), de Mancur Olson (1932-1998), no qual se baseia este trabalho. Grande parte de sua notável produção acadêmica trata da relação entre as instituições e o desempenho econômico. Sem desfazer-se da teoria da escolha racional, Olson forneceu o instrumental teórico para o estudo de questões relativas ao surgimento dos grupos de interesse e à ação coletiva. É com base em seus *insights*, especialmente em sua obra *The Rise and Decline of the Nations* (1982), que o presente trabalho busca orientação. Protestos contra as ineficiências institucionais da economia brasileira e contra o papel dos *lobbies* são lugar comum. A abordagem de Olson permite que essas questões sejam abordadas a partir de uma teoria com sólidos microfundamentos e hipóteses testáveis que tiveram amplo suporte em diversos estudos empíricos. Outras teorias, mesmo no âmbito da NIE, poderiam ser utilizadas para considerar a análise dos *lobbies*. Contudo, haja vista a semelhança de objetivos, optou-se pelo marco teórico da ação coletiva olsoniana. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é aplicar tal análise à experiência brasileira recente, especificamente ao tema das diferenças entre taxas de crescimento estaduais no período 1970-1995. Como houve ao longo desse período uma substancial mudança no regime político, considerou-se por bem cindi-lo em duas partes: a década de setenta, marcadamente ditatorial; e o período 1980-1995 que será tratado como democrático. É lícito ressaltar que a escolha dos anos limite dos intervalos deu-se

por razões históricas e pela disponibilidade de dados. O teste da teoria em momentos políticos distintos ilumina alguns pontos relevantes sobre o papel dos grupos de interesse na economia brasileira. As formas funcionais aqui avaliadas são inspiradas naquelas apresentadas pelo próprio Olson em seu estudo sobre a experiência norte-americana no pós-guerra (Olson, 1982, p.98-117). Obviamente, existem diferenças político-institucionais e referentes à disponibilidade de dados que impedem a replicação imediata de tal modelo para o caso brasileiro. Neste sentido, buscou-se usar *proxies* e modelos mais adequados às informações disponíveis e que almejam a superação de alguns dos problemas das regressões feitas por Olson.

Na próxima seção expõe-se sucintamente os fundamentos e implicações da análise de Olson. A terceira seção detalha as *proxies* e formas funcionais utilizadas. A apresentação dos resultados das regressões ocupa a quarta seção; a seção conclusiva discute o significado destes, esboçando considerações sobre os caminhos da pesquisa futura sobre o tema. Por fim, o Anexo contém informações sobre as fontes dos dados.

## II – Coalizões distributivas e Crescimento Econômico

### II.1 – A lógica da ação coletiva

A teoria da ação coletiva parte de uma constatação: diversas vezes a interação de agentes com interesses comuns não gera resultados coletivamente eficientes. Em outras palavras, sob certas condições, indivíduos racionais são incapazes de, espontaneamente, alcançar resultados que estejam de acordo com seus interesses. A análise de Olson busca identificar quais são as circunstâncias em que a afirmativa anterior se verifica, ou seja, quando a racionalidade individual não é suficiente para a racionalidade coletiva.

Olson (1965, cap. 1) mostra que o fato dos benefícios conjuntos de uma ação superarem os custos para um grupo não implica na sua efetivação. A ação coletiva geralmente está voltada para a produção de bens públicos para seus membros, pois bem privados podem ser produzidos através do mercado. Ora, em tal caso, como não se pode excluir os não-contribuintes, o grupo fracassa na produção de potenciais bens coletivos, visto que a decisão racional de cada agente será a defeção. Exemplificando: os trabalhadores recebem um aumento salarial quer tenham contribuído ou não para uma greve bem-sucedida, ou cada empresário de um determinado setor se beneficia da imposição de uma tarifa de importação mesmo que não tenha contribuído para o *lobby*.

De acordo com a análise de Olson, o número de participantes de um grupo é uma variável-chave para as questões da ação coletiva. Através de um modelo formal, ele demonstrou que quanto menor o tamanho do grupo, maiores são as chances de que um dos seus membros arque com todos os custos do bem coletivo (Olson, 1965, p.22-29). Já em grupos maiores, essa possibilidade é mais restrita e a ação coletiva tem de ser obtida através de incentivos seletivos (*selective incentives*), i.e., benefícios que se aplicam apenas aos agentes que contribuíram para a provisão de um bem público (Olson, 1982, p. 21). Conhecidos casos de incentivos seletivos são os descontos em planos de saúde para os membros de sindicatos e o fornecimento de informações qualificadas para os componentes de um grupo de interesse patronal. Existem ainda outros incentivos mais informais, mas não por isso menos eficazes, que vão desde o ostracismo até a violência física contra, por exemplo, os que “furam” uma greve ou rompem um cartel.

Mesmo levando-se em conta a possibilidade de recurso aos incentivos seletivos, é fácil notar que grupos com poucos membros, cujos benefícios prováveis estão concentrados, têm mais incentivos e facilidades de organização e ação do que os grandes grupos pulverizados. O resultado são pequenos grupos ativos e uma maioria desorganizada inerte, apesar de seus interesses comuns. Em suas palavras (Olson, 1982, p.41) :

*“...small groups in a society will usually have more lobbying and cartelistic power per capita (or even per dollar of aggregate income) than larger groups.”*

Olson também argumentou que os pequenos grupos tendem a incorrer em ações redistributivas em seu favor, em detrimento de práticas que aumentariam a eficiência em geral (Olson, 1982, p.41-47). Um

grupo pequeno, representante de apenas uma ínfima fração da sociedade como um todo, se encontra em uma situação análoga ao de um indivíduo em relação ao grupo: ele arca com todos os custos de uma ação e recebe apenas uma pequena parte de seus benefícios. Logo, mesmo que as ações redistributivas dos grupos com poucos membros piores a situação geral, seus participantes serão mais do que compensados através do “desvios” dos ganhos em seu favor. Sindicatos de trabalhadores e patronais, associações profissionais, *lobbies* e cartéis, ou qualquer outro grupo que vise a provisão de bens coletivos para seus membros foram incluídos na alcunha “coalizões distributivas” (*distributional coalitions*).

## II.2 – Esclerose institucional e desempenho econômico

Como a organização da ação coletiva surge lentamente, conforme demonstra a experiência histórica de surgimento dos sindicatos de trabalhadores, as sociedades estáveis tendem a acumular coalizões distributivas ao longo do tempo (Olson, 1982, p. 38-41). Uma vez organizados, os grupos têm uma forte inércia e muitas vezes uma estrutura administrativa mantém-se mesmo que o bem coletivo que motivou o seu surgimento não seja mais desejado. Os incentivos seletivos permitem que, ao longo do tempo, diversos bens coletivos sejam produzidos de acordo com situações muito distintas entre si. O destino das sociedades que não sofrem revoluções ou invasões estrangeiras é inexorável: uma progressiva saturação de coalizões distributivas que tendem a enrijecer a vida econômica.

A acumulação de coalizões distributivas reduz a eficiência estática e dinâmica da economia (Olson, 1982, p. 41-47; p.53-58; p.61-65). Surgem as conhecidas perdas de bem-estar decorrentes da formação de cartéis, imposição de tarifas de importação, preços máximos ou mínimos e outras distorções do sistema de preços. Entretanto, de acordo com Olson (1982, p.61-65), estas indesejadas consequências são diminutas frente aos empecilhos ao crescimento econômico que se mostram no longo prazo. Em primeiro lugar, a inovação tecnológica é restringida, já que a adoção de novos produtos e processos passa a estar submetida aos lentos procedimentos decisórios das coalizões distributivas. Mais ainda, os membros do grupo podem postar-se deliberadamente contra ganhos de produtividade. Isto ocorre, por exemplo, quando uma inovação potencial de uma firma é bloqueada ou postergada pelas outras empresas componentes de um cartel, ou por um sindicato de trabalhadores. Quanto maior o poder e a concentração setorial das coalizões distributivas, maior a eficácia dos estratagemas que reduzem o desenvolvimento tecnológico.

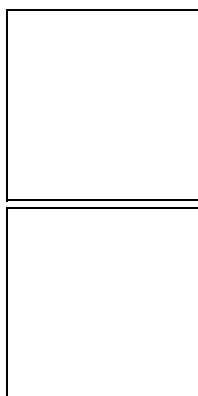
Outra proposição olsoniana sustenta que a taxa de crescimento do produto é reduzida pelas barreiras à realocação dos recursos impostas pelas coalizões distributivas (Olson, 1982, p. 63-65 e Hicks, 1983). Intuitivamente é fácil perceber que quando um *lobby* obtém uma proteção governamental para um setor decadente, mascarando sua ineficiência, a taxa de crescimento da economia se reduz, visto que evita-se a realocação de fatores na direção de atividades mais produtivas. Assim, a taxa de crescimento do produto será influenciada negativamente mesmo se o poder das coalizões distributivas se mantiver constante.

É importante notar que a presente análise de Olson supõe um ambiente político com certas características mínimas. Não são necessários todos os componentes de uma democracia para que as previsões do modelo se realizem, deve haver, no mínimo, liberdade de organização e de ação dos grupos de interesse. É fácil perceber que as coalizões distributivas teriam menor importância em sociedades nas quais fosse proibida qualquer organização patronal ou dos trabalhadores. No outro pólo, nos regimes sem quaisquer restrições aos grupos de interesse, tenderiam a ocorrer os processos de estagnação institucional já tratados. Em termos concretos, as sociedades acham-se entre esses dois extremos, podendo apresentar graus diferentes de permeabilidade às pressões dos setores operários e empresariais a cada momento histórico. Países que, como o Brasil no período sob escopo, passaram por mudanças no ambiente político sem maiores rupturas proporcionam uma boa oportunidade para que as hipóteses olsonianas sejam testadas.

## III - *Proxies* e especificações dos modelos

### III.1. – Variáveis *proxy* dos fatores institucionais

Criou-se duas *proxies* para a mensuração da presença das coalizões distributivas nas unidades federativas brasileiras:



x= tipo de sindicato (L para sindicatos de empregados; K para empregadores)

As variáveis  $LS_xCAP_{it}$  indicam a presença e o fracionamento das coalizões distributivas em relação a sociedade como um todo; já as variáveis  $LA_xSPEA_{it}$  representam o grau de sindicalização da força de trabalho para o caso de  $x=L$  e de relevância das associações patronais em relação à PEA.

### III.2- Modelo I:

A primeira forma funcional almeja testar a validade da hipótese olsoniana de que as coalizões distributivas reduzem o crescimento econômico. Para tal, regrediu-se a taxa de crescimento do produto estadual sobre as *proxies* institucionais, para os dois períodos sob análise e para ambos os tipos de associações, separadamente. Para que os efeitos de *catching-up* não fossem absorvidos pela variável institucional, incluiu-se o logaritmo natural do produto estadual no começo do período nas regressões. Tem-se, então, as seguintes especificações:

$$DLY_{tT} = \alpha_0 + \alpha_1 LS_xCAP_t + \alpha_2 LY_t + \varepsilon$$

$$DLY_{tT} = \alpha_3 + \alpha_4 LA_xSPEA_t + \alpha_5 LY_t + \varepsilon$$

Onde:

$LY_t = \text{LN (Produto no ano t)}$

$DLY_{tT} = \text{LN (Produto no ano T)} - \text{LN (Produto no ano t)}$ ;

Para o período 1970-1980:  $T=1980$  e  $t=1970$ ;

Para o período 1980-1995:  $T=1995$  e  $t=1980$

### III.3 – Modelo II

Uma maior qualificação educacional da mão-de-obra implica, via de regra, em uma maior sindicalização e, ao mesmo tempo, contribui para o crescimento do produto. Se não for adicionada ao modelo uma variável que reflita o nível de capital humano, o efeito das coalizões distributivas estará sendo abrandado, visto que essa variável estará capturando os efeitos dos fatores educacionais. Assim, incluiu-se o logaritmo natural da escolaridade média no início de cada período por estados dentre as variáveis explicativas, de tal sorte que tem-se as seguintes formas funcionais:

$$DLY_{tT} = \alpha_0 + \alpha_1 LS_xCAP_t + \alpha_2 LY_t + \alpha_3 LEM_t + \varepsilon$$

$$DLY_{tT} = \alpha_4 + \alpha_5 LA_xSPEA_t + \alpha_6 LY_t + \alpha_7 LEM_t + \varepsilon$$

## IV- Regressões e resultados

Como de praxe, os dados referentes aos estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul foram agregados, respectivamente, a Goiás e

As estimações *cross-section* foram feitas através do método de mínimos quadrados com o auxílio do software econométrico Microfit 4.0. Vale apontar que os testes apropriados sugerem que todos os erros das regressões são normais e houve correção da heterocedasticidade através da matriz de White.

#### IV.1 - Testes com *proxies* das coalizões distributivas de trabalhadores.

Nos testes originais de Olson para a economia norte-americana, considera-se que o efeito das organizações de trabalhadores sobre o crescimento local é negativo, pois sua presença, além de elevar os custos da mão-de-obra, enrijeceria o funcionamento do mercado de trabalho. Veja-se os principais resultados do modelo no caso brasileiro (Tabelas 1 e 2):

- No período 1970-1980, para ambas especificações testadas, os estimadores referentes à variável  $LS_{L}CAP$  mostraram-se estatisticamente nulos. Isto é, conforme era esperado, a evidência sugere que a simples presença de associações de trabalhadores não teve impacto sobre o crescimento econômico estadual durante o período militar. Mesmo em uma unidade da federação com elevado número de sindicatos, como São Paulo, a maior parte destes esteve inerte durante quase toda a década de setenta. Como se sabe, o ambiente político da época não era dos mais estimulantes para práticas sindicais combativas. Uma clássica pesquisa de localização industrial realizada no ano de 1977 em São Paulo apontou que apenas 0,02% dos empresários da amostra consideraram que a baixa sindicalização era um atrativo decisivo em suas decisões espaciais de investimento (Azzoni, 1985). O ano de 1978 marca o início da adoção de estratégias de confrontação pelas novas lideranças operárias que, superando o peleguismo, desafiavam os órgãos de repressão. E apenas a partir de 1983 o número de greves no Brasil sofre uma expressiva elevação (Almeida, 1996, p. 42 e p. 158 e Buchanan, 1989).
- Ainda no período autoritário, os coeficientes estimados da *proxy* referente a sindicalização da PEA ( $LAS_{L}PEA$ ) mostraram-se significativamente negativos. Contudo, as regressões sugerem que o efeitos dessas coalizões sobre o crescimento do PIB estadual foi muito mais fraco durante os anos 1970-1980 do que no período seguinte.
- Considerando-se o período mais democrático, 1980-1995, a informação marcante obtida através dos modelos I e II é que todos os coeficientes das variáveis que refletem o grau de organização dos trabalhadores foram negativos com significância maior que 99%. E, conforme já foi dito, os estimadores da variável  $LAS_{L}PEA$  tiveram um sensível incremento em relação ao período anterior. Essas evidências sugerem que, no caso brasileiro, quão mais livre o ambiente político mais intensamente o resultado da ação das coalizões distributivas de trabalhadores se aproximou dos previstos por Olson<sup>1</sup>.
- Vale notar que em todos os modelos testados, a inclusão no modelo da variável referente ao capital humano ( $LEM_t$ ) fez com que elevasse o módulo do coeficiente estimado para as variáveis sindicais. Isso sugere que nas regressões do modelo I, os coeficientes relacionados com coalizões distributivas capturam os efeitos opostos da maior escolaridade da população.

**Tabela 1**

**Crescimento econômico como função do número de sindicatos *per capita* e com controle de efeito *catching-up* e componente educacional.**

DLY<sub>7080</sub>

DLY<sub>8095</sub>

DLY<sub>7095</sub>

DLY<sub>7080</sub>

DLY<sub>8095</sub>

DLY<sub>7095</sub>

CONST

	2.1692
	(11.345)***
	1.6831
	(4.892)***
	3.3859
	(12.308)***
	2.5353
	(10.61)***
	1.8210
	(4.749)***
	3.9410
	(10.18)***
	LS <sub>L</sub> CAP
	-0.085413
	(-0.867)
	-0.19636
	(-2.74)***
	-0.30008
	(-2.016)*
	-0.13520
	(-1.581)
	-0.21557
	(-2.75)***
	-0.39689
	(-2.87)***
	LY
	-0.012227
	(-0.607)
	-0.072305
	(-2.249)**
	-0.058625
	(-1.617)
	-0.094282
	(-2.077)**
	-0.10352
	(-1.867)*
	-0.18120
	(-2.524)**
	LEM
	-
	-
	-
	0.24233
	(1.765)*
	0.12699
	(0.614)
	0.42052
(1.895)*	

$R^2$   
 0.079882  
 0.30979  
 0.30530  
 0.27506  
 0.33314  
 0.43259

EPR

0.15131  
0.15148  
0.25783  
0.13902  
0.15412  
0.24119

Nota 1: Os valores para cada variável independente referem-se aos coeficientes estimados. Os valores t acham-se entre parênteses. EPR= erro padrão da regressão. Todas as tabelas seguem o mesmo padrão.

Nota 2: \* : estatisticamente significativo a 10%

\*\* : estatisticamente significativo a 5%

\*\*\*: estatisticamente significativo a 1%

## Tabela 2

**Crescimento econômico como função da razão número de associados por PEA e com controle de efeito *catching-up* e componente educacional.**

DLY<sub>7080</sub>  
DLY<sub>8095</sub>  
DLY<sub>7095</sub>  
DLY<sub>7080</sub>  
DLY<sub>8095</sub>  
DLY<sub>7095</sub>  
  
CONST  
2.9414  
(7.529)\*\*\*  
4.6091  
(6.343)\*\*\*  
4.7778  
(8.350)\*\*\*  
3.6147  
(18.04)\*\*\*  
4.8920  
(7.370)\*\*\*  
5.7717  
(15.87)\*\*\*  
  
LAS<sub>L</sub>PEA  
-0.15015  
(-2.088)\*\*  
-0.32597  
(-5.03)\*\*\*  
-0.29832  
(-2.605)\*\*  
-0.20736  
(-7.10)\*\*\*  
-0.34437  
(-6.15)\*\*\*  
-0.38278  
(-6.01)\*\*\*  
  
LY  
0.041697  
(1.172)  
-0.059471  
(-2.71)\*\*\*  
0.064686

	(0.944)
	-0.026159
	(-0.629)
	-0.089618
	(-1.983)*
	-0.035483
	(-0.446)
	LEM
	-
	-
	-
	0.31170
	(2.680)***
	0.13205
	(0.729)
	0.46012
(2.205)**	
R2	
0.34608	
0.52843	
0.40316	
0.61658	
0.55462	
0.55644	
EPR	
0.12756	
0.12521	
0.23898	
0.10110	
0.12595	
0.21325	

## IV.2 - Testes com *proxies* das coalizões distributivas patronais.

Olson argumentou que as coalizões distributivas de empresários reduziram a taxa nacional de crescimento, mas, na esfera estadual ou local, os resultados seriam ambíguos. Por exemplo, os *lobbies* empresariais ao conseguirem subsídios para as firmas instaladas em uma região determinada estão promovendo a atividade econômica local. É claro que, em contrapartida, o restante do país tem que arcar com uma carga tributária maior para financiar os incentivos locais. Ainda no âmbito local existem fenômenos como os citados na seção II.2 que sugerem o efeito prejudicial das coalizões distributivas patronais. A resultante dessas forças opostas não pode ser determinada a priori. Veja-se agora as principais evidências fornecidas pelas regressões com variáveis que envolviam as *proxies* dos grupos de interesse patronais no Brasil (Tabelas 3 e 4).

- Durante o período 1970-1980 tem-se resultados bem claros. Em todas as especificações para esse intervalo de tempo os estimadores das variáveis relacionadas com a concentração dos *lobbies* patronais foram negativos com significância maior que 95%. Isso sugere que na resultante das ações de tais grupos organizados predominou o componente nocivo para o desempenho econômico estadual.
- Já durante o período mais democrático (1980-1995) faz-se necessário maiores reflexões sobre os resultados obtidos. O estimador para a variável  $LS_KCAP$ , indicadora da presença e fracionamento dos *lobbies* frente a sociedade, mostrou-se estatisticamente igual a zero. Isto é, tal *proxy* não parece ser significativa para a explicação do crescimento no período. Todavia, quando se utiliza a variável  $LAS_KPEA$  como indicador da ação dos grupos de interesse patronais, a evidência sugere que estes contribuíram para o crescimento estadual no período visto que nos modelos I e II tem-se sinais positivos com 90% de significância. Na próxima seção examina-se algumas das possibilidades que explicam a mudança do sinal do estimador de  $LAS_KPEA$  entre o



período ditatorial e o democrático.

**Tabela 3**

**Crescimento econômico como função do número de associações patronais per capita e com controle de efeito *catching-up* e componente educacional.**

DLY<sub>7080</sub>  
DLY<sub>8095</sub>  
DLY<sub>7095</sub>  
DLY<sub>7080</sub>  
DLY<sub>8095</sub>  
DLY<sub>7095</sub>

CONST  
2.1484  
(17.034)\*\*\*  
1.1848  
(3.738)\*\*\*  
3.2223  
(22.164)\*\*\*  
2.4748  
(18.84)\*\*\*  
1.3360  
(2.343)\*\*  
3.7016  
(19.99)\*\*\*

LS<sub>K</sub>CAP  
-0.21546  
(-3.619)\*\*\*  
-0.054108  
(-0.521)  
-0.49362  
(-6.500)\*\*\*  
-0.24329  
(-5.40)\*\*\*  
-0.10917  
(-0.595)  
-0.54371  
(-8.02)\*\*\*

LY  
-0.013347  
(-1.048)  
-0.039193  
(-1.334)  
-0.054687  
(-2.805)\*\*  
-0.095564  
(-3.44)\*\*\*  
-0.068379  
(-0.776)  
-0.17122  
(-4.99)\*\*\*

LEM  
-  
-

	-
	0.25493
	(2.983)***
	0.12428
	(0.389)
	0.39180
(4.341)***	
R <sup>2</sup>	
0.47230	
0.091194	
0.72267	
0.68800	
0.10373	
0.84457	
EPR	
0.11459	
0.17382	
0.16290	
0.091204	
0.17868	
0.12623	

**Tabela 4**  
**Crescimento econômico como função da razão entre o número de associados das organizações patronais e a PEA, com controle de efeito *catching-up* e componente educacional.**

DLY <sub>7080</sub>
DLY <sub>8095</sub>
DLY <sub>7095</sub>
DLY <sub>7080</sub>
DLY <sub>8095</sub>
DLY <sub>7095</sub>
CONST
2.5510
(9.837)***
0.58806
(1.851)*
4.0221
(11.102)***
2.8692
(9.464)***
0.33044
(0.860)
4.4530
(8.652)***
LAS <sub>k</sub> PEA
-0.13311
(-2.132)**
0.092940
(2.022)*

	-0.27177
	(-3.350)***
	-0.14978
	(-2.90)***
	0.11897
	(1.987)*
	-0.29435
	(-3.59)***
	LY
	0.034745
	(1.262)
	-0.058668
	(-1.964)*
	0.054281
	(1.124)
	-0.023978
	(-0.549)
	-0.027635
	(-0.619)
	-0.025254
	(-0.383)
	LEM
	-
	-
	-
	0.22015
	(1.566)
	-0.16926
	(-0.800)
	0.29818
(1.294)	
R <sup>2</sup>	
0.35565	
0.20935	
0.43002	
0.50669	
0.24456	
0.50207	
EPR	
0.12662	
0.16213	
0.23354	
0.11468	
0.16404	
0.22594	

## IV - Considerações Finais

Em uma avaliação geral, pode-se afirmar que os resultados das estimações corroboram as hipóteses de Olson. Suas previsões pressupõem um ambiente democrático no qual haja liberdade de formação de associações e estas possam agir no sentido de seus interesses. Assim, o fato dos efeitos da sindicalização sobre a taxa de crescimento estadual terem sido mais intensos a partir de 1980 está plenamente de acordo com a teoria.

Já a relação entre a atuação das coalizões distributivas patronais e o desempenho econômico nos períodos sob escopo necessita de maior atenção. A primeira vista, a redemocratização não deveria ter

qualquer impacto sobre a atuação das associações patronais, uma vez que mesmo durante a ditadura tais coalizões seguiram ativas. No entanto, as regressões feitas levam a crer que os *lobbies* empresariais foram prejudiciais para o crescimento estadual na década de setenta e favoráveis no período 1980-1995. Uma hipótese explicativa, dentre várias possíveis, parece ser mais convincente para a compreensão dessa mudança no sinal do estimador, a saber: os governos militares durante os anos setenta foram centralizadores e deixaram pouco espaço para a pressão dos *lobbies* empresariais de alcance regional. Conforme sugeriu Castro (1985), o governo militar, especialmente a partir do II PND, adotou uma estratégia de desenvolvimento cujas prioridades eram discrepantes das defendidas pelo empresariado brasileiro. Incapazes de influenciar as políticas regionais do Governo federal, visto que estas estavam submetidas a uma orientação maior, as coalizões distributivas teriam exercido com mais intensidade suas funções inibidoras do crescimento na esfera estadual.

Entre 1980 e 1995, com a progressiva descentralização das políticas públicas, especialmente após a constituição de 1988, abriu-se espaço para a atuação dos setores empresariais estaduais. Rezende (1997) analisou as mudanças das preferências alocativas do gasto público estadual ao longo do mesmo período e concluiu que estas ocorreram em decorrência das ações redistributivas dos grupos de interesse locais. É razoável supor que as pressões destes chegaram a Brasília, especialmente quando leva-se em conta que nesse período, mais democrático e estagnado, os governos centrais, em busca de apoio político, foram mais atentos às vozes das elites empresariais estaduais. Logo, aquelas unidades federativas com uma maior concentração de coalizões distributivas foram melhor sucedidas na captação das benesses do governo central. Para que essa hipótese seja avaliada, será necessário investigar os meandros das relações entre as associações patronais, seus membros e o Estado.

Mais recentemente, a perspectiva de Olson tem sido desafiada pelos seguidores da abordagem do *social capital*, os quais obtiveram evidências empíricas robustas de que o crescimento é positivamente afetado pela intensidade de associações, inclusive sindicatos, nas regiões<sup>¶</sup>. Mesmo que a evidência apresentada no presente estudo aponte para a direção oposta, é possível que trabalhos posteriores indiquem que outros tipos de associações no Brasil contribuem para o desempenho econômico. Este estudo pretende ser apenas um primeiro passo para uma ampla compreensão do papel das instituições, nos quais estão incluídas as coalizões distributivas, para a economia brasileira<sup>¶</sup>. Ainda persistem alguns problemas de estimação a serem superados, talvez mediante um instrumental mais sofisticado, como por exemplo a econometria espacial<sup>¶</sup>, ou através da utilização de bases de dados mais amplas. Desse modo, espera-se que as evidências permitam iluminar algumas questões e destacar os pontos de convergência, ou não, entre a experiência do Brasil e a de outros países. Não obstante, será mister que a pesquisa futura capture as peculiaridades e tradições da sociedade brasileira, voltando sua atenção para os mecanismos efetivos envolvidos na inter-relação entre os fatores institucionais e os estritamente econômicos.

## **Anexo**

### **Fontes dos dados:**

Dados sindicais: Anuário Estatístico do IBGE (1970, 1995).

Escolaridade Média: Lau et alli (1993). Anos de estudo médios da PEA.

PEA: Anuário Estatístico do IBGE.

PIB Estadual: Azzoni (1997)

População: Anuário Estatístico do IBGE

## Referências Bibliográficas

- AMELUNG, T. The Determinants of Protection in Developing Countries: An Extended Interest-Group Approach. *Kyklos*, v.42, p. 515-32, 1989.
- AZZONI, C. R. & VIEIRA, C. A. Fatores determinantes das escolhas locacionais em São Paulo. in AZZONI, C.R. (org.). *Onde Produzir: aplicações da teoria da localização no Brasil*. São Paulo: IPE/ USP, 1985.
- AZZONI, C. R. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir das séries históricas estaduais do PIB, 1939-1945. *Estudos Econômicos*, v. 27, n.3. 1997.
- ALMEIDA, M. H. T. de. *Crise Econômica e Interesses Organizados*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BLAUG, M.. *Economic Theory in Retrospect*. Cambridge: Cambridge University, 1967.
- BOOTH, A . ; MELLING, J. e DARTMANN, C. Institutions and economic growth: the politics of productivity in West Germany, Sweden, and the United Kingdom (1945-1955). *The Journal of Economic History*, vol. 57, n.2, June 1997, p. 417-444.
- BUCHANAN, P. Plus ça change? A administração nacional do trabalho e a democracia no Brasil 1985-1987. *Dados: revista de ciências sociais*. vol. 32, n.1, 1989, p. 75-123.
- CASTRO, A . B. de. Ajustamento X Transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, A . e SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CLAGUE, C. (ed.). *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.
- CLAGUE, C. e RAUSSER, G. (eds.). *The Emergence of Market Economies in Eastern Europe*. New York: Basil Blackwell, 1992.
- CLAGUE, C.; KEEFER, P.; KNACK, S. e OLSON, M. Institutions and Economic Performance. In: CLAGUE, Christopher ed. *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist*

- Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.
- EKELUND, JR. , R.B. & TOLLISON, R.D. *Politicized Economics - Monarchy, Monopoly, and Mercantilism*. Texas: A&M, 1996.
- FELDMAN, T. R. e ASSAF, S.. *Social capital: conceptual frameworks and empirical evidence, an annotated bibliography*. Social Capital Initiative, World Bank. Working Paper n. 5, 1999.
- FURUBOTN, E. e RICHTER, R. *Institutions and Economic Theory: the contribution of the New Institutional Economics*. Michigan: Michigan University, 1997.
- GRAY, V. & LOWERY, D. The Density of State Interest-Communities: do regional variables matter? *Publius*, v.28, n.2, Spring 1998.
- HAGGARD, S. Democratic Institutions, Economic Policy, and Development. In: CLAGUE, C. ed. *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.
- HALL, R. e JONES, C.. The Productivity of the Nations. *Working Paper 5812, NBER* , 1996.
- HICKS, Sir John. Structural unemployment and economic growth: a 'labor theory of value' model. In: MUELLER, D. C. (ed.). *The Political Economy of Growth*. New Haven and London: Yale University, 1983.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1970, 1995.
- KNACK, S. *Social capital, growth, and poverty: a survey of cross country evidence*. Social Capital Initiative, World Bank. Working Paper n. 7, 1999.
- LA PORTA, R.; LOPES-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. The Quality of Government. mimeo (second draft), August, 1998.
- LAU, L. J. Education and economic growth: some cross-sectional evidence from Brazil. *Journal of Development Economics*, v.41, p.45-70, 1993.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MUELLER, D. C (ed.). *The Political Economy of Growth*. New Haven and London: Yale University, 1983.
- OLSON Jr., M. *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard, 1965.
- \_\_\_\_\_. *The Rise and Decline of the Nations*. New Haven and London: Yale University, 1982.



- \_\_\_\_\_. The Logic of Collective Action in Soviet Type Societies. *IRIS Reprint* n. 3, Summer 1990.
- \_\_\_\_\_. Big Bills Left on the Sidewalk: why some nations are rich, and others are poor. *Journal of Economic Perspectives*, v.10, n.2, Spring 1996, p.3-24.
- \_\_\_\_\_. The Hidden Path to a Successful Economy. In: CLAGUE, Cristopher e RAUSSER, Gordon (ed.). *The Emergence of Market Economies in Eastern Europe*. New York: Basil Blackwell, 1992.
- \_\_\_\_\_. The New Institutional Economics: the collective action approach to economic development. In: CLAGUE, Christopher ed. *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Pos-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.
- OLSON Jr., M.; SARNA, N.; SWAMY, A. V. Governance and Growth: a simple hypothesis explaining cross-country differences in productivity growth. *IRIS Working Paper* n. 218, July 1998.
- PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REZENDE, F. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994). *Dados: Revista de Ciências Sociais*. v.40, n.3, 1997, p. 413-440.
- SANDLER, T. Collective Action. *Theory and applications*. Michigan: Michigan, 1992.
- SANTOS, W. G. dos. *Paradoxos do Liberalismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SCULLY, G.W. *Constitutional Environments and economic growth*, Princeton, 1992.
- SOLOW, R.. A Contribution on the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, v.70, p. 65-94, 1956.
- TULLOCK, G. The trial of homo economicus. USA: George Mason University, 1994.
- WALLIS, J. e OATES, W. Does economic sclerosis set in with age? An empirical study of the Olson hypothesis. *Kyklos*, vol. 41, fasc. 3, 1988, p. 397-417.